

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-12-2019.

---

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum deliberativo, a Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 089/17 (Processo nº 0872/17), após ser encaminhado à votação por Paulo Brum, Mendes Ribeiro e Dr. Goulart. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação das emendas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 089/17. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 089/17. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 089/17. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 306/17 (Processo nº 2786/17), após ser discutido por Adeli Sell e Prof. Alex Fraga. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 306/17. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ricardo Gomes, solicitando alteração na ordem de apreciação das emendas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 306/17. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 306/17. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 306/17. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/19 (Processo nº 0521/19), após ser discutido por Mauro Pinheiro, Ricardo Gomes e Adeli Sell. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por João Bosco Vaz, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16 (Processo nº 0184/16), foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pela Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/14 (Processo nº 1480/14), Requerimento esse posteriormente declarado sem efeito pelo Presidente, em função de essa emenda ter recebido parecer conjunto pela existência de

óbice de natureza jurídica para sua tramitação e pela sua rejeição. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 139/14 (Processo nº 1480/14), após ser discutido por Idenir Cecchim, Airto Ferronato, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/14, por vinte e quatro votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Felipe Camozzato. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/14. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 139/14. Em continuidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Mauro Zacher. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 022/19 (Processo nº 0526/19), o qual, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, João Carlos Nedel, João Carlos Nedel, em tempo cedido por Professor Wambert, Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga, Mauro Pinheiro, Marcelo Sgarbossa, em tempo cedido por Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Professor Wambert, em tempo cedido por Mendes Ribeiro, e Ricardo Gomes, teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Marcelo Sgarbossa, ao Projeto de Lei do Executivo nº 022/19, e foi apregoado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Também, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Durante a sessão, Engº Comassetto manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e dezoito minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mauro Pinheiro, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada no dia dezesseis de dezembro do corrente, às nove horas e trinta minutos. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h24min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0872/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 089/17**, de autoria do Ver. Paulo Brum, que altera a ementa e o caput do art. 1º da Lei nº 7.768, de 18 de janeiro de 1996, e alterações posteriores, estabelecendo a reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos de locais de uso público ou privado para veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que as transportem.

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. André Carús: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- incluído na Ordem do Dia em 14-02-18;
- com Emendas nºs 01 e 02.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLL nº 089/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR PAULO BRUM (PTB):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na verdade o que nós estamos propondo é uma adequação da nossa lei municipal à lei federal. A primeira lei de acessibilidade do País foi aprovada em 2000 e regulamentada em 2004, que trata sobre o tema de reserva de vagas em estacionamento público e privado. Bem antes disso, em 1996, quando eu assumi aqui o meu primeiro mandato em 1995, nós propomos um projeto de lei que foi aprovado e sancionado, portanto nós temos uma lei municipal desde 1996, que prevê a reserva de vagas, mas não tem a quantificação. Com a aprovação da lei federal, ficou determinado que as vagas reservadas para veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que transporte pessoas com deficiência sejam o percentual de 2%. Portanto, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos apenas propondo uma adequação da nossa lei municipal ao que prevê a própria lei federal e que foi, portanto, também determinada pela lei do estatuto da pessoa com deficiência aprovada e sancionada em nível federal. As duas emendas apenas vêm fazer uma correção ao projeto. A emenda foi trabalhada a pedido do próprio Executivo Municipal, no início a nossa proposição era que fosse de 5%, mas como a lei federal estipula o limite de 2%, nós achamos por bem acatar essa emenda e propor para que Porto Alegre tenha uma lei municipal exatamente como prevê a lei federal. O nosso próximo passo é fazer com que, na prática, essa lei seja respeitada, porque nós sabemos que em muitos casos ainda há pessoas, enfim, que não têm o bom senso, que não têm a educação correta e estão ainda utilizando essas vagas reservadas para carros que transportam pessoas com deficiência aqui em Porto Alegre.

Portanto, peço aos Srs. Vereadores que aprovem o nosso projeto e também as duas emendas que vêm adequar a nossa lei municipal ao que prevê a lei federal.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 089/17.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** Presidente Mônica, boa tarde, colegas vereadores, subo a esta tribuna para caminhar o voto favoravelmente ao projeto do colega Paulo Brum. É um projeto meritório, que vai ao encontro daquilo que o nosso colega, Ver. Paulinho, trabalha: mais acessibilidade na cidade de Porto Alegre. Eu quero chamar atenção para o que o Paulinho falou no final do discurso de caminhamento dele. Aprovar o projeto aqui vai ser fácil, Paulinho Brum, porque o projeto é bom; o difícil é aplicar a lei na cidade de Porto Alegre. Eu faço uma pergunta: quem fiscaliza essa lei boa que nós vamos aprovar na cidade de Porto Alegre? Então eu quero deixar aqui esse recado; Paulinho, conte comigo para que a gente faça com que a lei seja aplicada. Essa é a minha preocupação. A minha preocupação não é votar, não é aprovar, porque tenho certeza de que vai ser aprovada. Quem fiscaliza e como fiscaliza? Conte comigo – vamos aprovar, até para fiscalizar essa lei que vai entrar em vigor na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 089/17.

**VEREADOR DR. GOULART (PTB):** Boa tarde minha querida Presidenta Mônica Leal, minhas colegas vereadores, meus colegas vereadores, amigos que nos visitam e quem nos assiste pela TVCâmara. Eu quero cumprimentar o Ver. Paulo Brum, da minha bancada, por ter apresentado este projeto. Ele é um projeto já conhecido porque ele tem origem federal, mas, como disse o Ver. Paulo Brum, é necessário que se firme isso entre nós. Então, para tornar constitucional e mais possível de ser aprovado pela maioria dos vereadores, eu gostaria que fosse pela unanimidade dos vereadores, baixa para 2% e tira de 5% para tornar o mais constitucional possível. Só eu e o Ver. Paulo Brum imaginamos aqui, deste nosso grupo, a dificuldade que é qualquer entrave na nossa mobilidade, ele pelo acidente que teve e eu pela escolha da natureza que me botou a doença de Parkinson. O que tem de importante? Não é só a mobilidade, não é só inclusão social, chama-se a atenção para os que estão acompanhando a pessoa com necessidades especiais. É bem claro: para o estacionamento do próprio deficiente que conseguir dirigir de alguma maneira o carro, porque existem carros adaptáveis, formidáveis no momento, mas também para o que acompanha, o que transporta o cadeirante ou o deficiente, porque não adiantava só

esperar para um lugar que fosse possível para os cadeirantes e os deficientes neurológicos, não, para o que carrega, porque, muitas vezes, quem carrega fica longe da acessibilidade, longe da inclusão social. Muito obrigado por ter feito esta lei para nos amparar, meu querido Paulinho Brum. Peço aos vereadores, para chamar atenção da comunidade, que façam a unanimidade dos votos nessa necessidade que temos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a votação em Bloco das Emendas nº 01 e 02 ao PLL nº 089/17. (Pausa.) Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 01 e nº 02 ao PLE nº 089/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 089/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2786/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 306/17**, de autoria do Ver. Adeli Sell, que institui o Programa de Incentivo à Implantação de Jardins Verticais no Município de Porto Alegre.

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 03;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 03;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Elizandro Sabino: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 03.

### **Observação:**

- com Emendas nºs 01, 02 e 03;
- incluído na Ordem do Dia em 18-02-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLL nº 306/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, brevemente, na discussão do mobiliário urbano nós, em certo sentido, tratamos do tema, mas não especificamente como aqui é tratado nesse projeto; na verdade, é uma complementação à discussão do mobiliário urbano. Como se trata de uma questão muito específica, nós deixamos para que eu pudesse apresentar esse projeto de lei. Nós já temos, na verdade, porque eu não estou dizendo qual é o incentivo. O incentivo pode ser, Mauro Pinheiro, uma simples divulgação no sítio eletrônico da Prefeitura. Incentivo pode ser a SMAMS disponibilizar sementes e mudas, pode ser qualquer tipo de incentivo, não está dito qual é o incentivo. Pode ser uma campanha para que as pessoas diminuam o aquecimento térmico das suas casas, fazendo os verticais verdes, como fez a Lebes agora no antigo Guaspari. Então é algo complementar à lei do mobiliário urbano. Então eu acho que é uma lei simples, que não atropela a legislação, não coloca exigência específica ao poder público municipal, por isso eu peço o vosso apoio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 306/17.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, eu subo à tribuna mais para dar uma força para o Ver. Adeli Sell, trazendo alguns esclarecimentos técnicos e uma reflexão sobre a nossa cidade.

Senhoras e senhores, em determinadas épocas do ano, para uma pessoa que, no mesmo horário, consiga se deslocar do Extremo-Sul da nossa cidade até a região central, pode perceber uma variação térmica próxima a 10°C. O Centro da cidade é muito quente. Isso, em parte, ocorre pela necessidade de resfriamento, do uso de ar-condicionado dentro dos estabelecimentos, das lojas, das residências do entorno da área central. Como é que funciona o mecanismo para conforto térmico, Ver. João Bosco Vaz, dentro deste plenário? A física nos ensina que a energia não é construída e nem destruída, é transformada. Portanto a térmica deste plenário não é destruída, ela precisa ser trocada com o ambiente externo, ou seja, lá fora há compressores de alta potência que vão, pelo sistema de tubulação, aspirar o ar da tubulação que fica aqui dentro, gerando uma menor pressão e aumentando a pressão do lado externo. Aumentando a pressão do lado externo, tu aqueces o lado de fora e resfrias o lado de dentro, e é essa diferença de pressão que mantém esse plenário em uma temperatura suportável. Agora, quem sair daqui sofre com esses efeitos, passa calor. E quanto mais fresco aqui dentro, mais quente vai estar do lado de fora.

O projeto do Ver. Adeli visa construir paredes verdes, ou seja, ao invés do puro cimento, do puro concreto nas fachadas dos prédios, nós poderíamos ter plantas que absorvem boa parte dessa energia, evitando ou diminuindo o aquecimento no interior dos estabelecimentos. Se o interior está menos quente, vai haver uma menor necessidade de energia para a movimentação de ar nas tubulações dos ares-

condicionados. Gasta-se menos energia, aquece-se menos o ambiente externo. Portanto, o projeto de lei do Ver. Adeli Sell entra em sintonia não apenas com o embelezamento da cidade, porque os jardins verticais podem garantir fachadas mais harmoniosas, mais verdes e menos hostis aos seres humanos, e isso impacta, diretamente, na nossa saúde pessoal, na nossa saúde individual, mas, também, garante economia de energia, garante, também, o menor aquecimento das áreas externas, e isso é bom para todos nós. Como disse o Ver. Adeli, eu não sei que tipo de incentivo a Prefeitura poderia pensar em dar; se é só citar nos *sites* oficiais as pessoas que estão utilizando e incentivando, para que, através desses bons exemplos, outras pessoas ou outras entidades possam, também, se acrescer a esse movimento. Finalizo a minha fala, dando meu integral apoio a essa iniciativa, já que arborizar ou verdejar a nossa cidade não faz mal a ninguém. Grande abraço a todos, e sigamos nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) (Requerimento):** Presidente Mônica, eu venho aqui fazer um requerimento a V. Exa. e aos demais 35 colegas vereadores com relação a uma situação emergencial na cidade de Porto Alegre. Essa noite, houve um incêndio, na Restinga, de 12 Casas, atingiu 12 famílias. Eu recebo, agora, um comunicado nos pedindo socorro, por isso eu transmito aqui, para que seja de todos nós, pois, até o momento, essas famílias estão lá. Dizem que não foi o Conselho Tutelar, não foi a Defesa Civil, não foi a Secretaria de Habitação, enfim, estão desprotegidos. Eu creio que nós deveríamos ter uma atitude de pedir um socorro para os poderes públicos responsáveis por esse processo. Eu quero requerer a V. Exa. e coloque-me à disposição para, junto com os colegas, enfrentarmos o problema. Fica na Restinga nos fundos da Escola Mário Quintana, entre a Vila Castelo e a caixa d'água, numa área pública municipal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro. Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, o Ver. Comassetto fez uma solicitação, no microfone, sobre o incêndio ocorrido nesta madrugada, na Restinga, onde várias casas foram atingidas. Ele solicita uma ajuda, uma assistência do governo municipal, porque até agora essas pessoas não foram atendidas. Eu endosso o pedido do Ver. Engº Comassetto e solicito que o senhor, por favor, como líder do governo, entre em ação. Obrigada.

Apregoo Emenda nº 04, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 306/17.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito formação de um bloco para votação das Emendas de nºs 01 a 04 do PLL nº 306/17. Só para registrar que há acordo do autor do projeto.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas de nºs 01 a 04 ao PLL nº 306/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 306/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0521/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/19**, que inclui o §18 no art. 5º da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973. **(Instituição/alíquota especial/IPTU para terrenos: loteamento regular ou condomínio horizontal.)**

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 11-12-19 por força do art. 95 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLCE nº 014/19. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Esse projeto de lei do governo, quando nós votamos o IPTU foi feita uma Emenda pelo Ver. Reginaldo Pujol que dá incentivo na hora que for pedido o EVU para construção. Então durante o EVU, num prazo determinado de tempo, a pessoa teria uma alíquota diferenciada para quem vai construir. Só que ficou sem limite de tempo na emenda do Ver. Reginaldo Pujol e o governo acabou, em concordância com o Ver. Pujol, vetando a emenda e mandando um projeto para que não se perca o benefício que já existia na lei anterior. Então, para evitar os vazios urbanos, Ver. Ricardo Gomes, o proprietário de um terreno, de um condomínio, quando solicitar o EVU, ele terá o prazo de dois anos por uma alíquota especial de 0,2%. Quer dizer, vai se diminuir o imposto para aquelas pessoas que pretendem construir, podendo renovar por mais dois anos. Então é benéfico à população. Então peço a compreensão dos vereadores, porque se não aprovado esse

projeto, todas aquelas pessoas que vão construir não terão nenhum tipo de incentivo no pedido do EVU, então prejudicará, e dessa forma teremos um incentivo para as pessoas construírem e diminuir os vazios urbanos de Porto Alegre. O governo na verdade está incentivando e abrindo mão de receitas de IPTU, como já era anteriormente, e para isso precisa ser aprovado esse projeto. A gente conta com a compreensão de todos os vereadores e pede aí o voto “sim” para esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/19.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Só para dizer o Ver. Mauro Pinheiro e aos colegas que tenho pleno acordo com o projeto. Na verdade, o único problema, Ver. Mauro Pinheiro, é que ele é por pouco tempo, é só por dois anos. Mas que bom que é! Me sinto, admito, um pouco autor desse projeto embora seja do Executivo porque eu fiz uma emenda com esse teor no projeto do IPTU, em 2017, a emenda foi aprovada e o IPTU, à época, foi rejeitado, depois no projeto do IPTU seguinte, a mesma ideia foi juntada ao IPTU, por emenda do Ver. Pujol, foi aprovado e posteriormente vetada pelo Executivo. E agora com alguns ajustes ela retorna que é justamente a limitação do tempo, que eu acho que é o pior elemento do projeto. O projeto é bom, poderia ser melhor, se fosse a sugestão original minha e do Ver. Pujol, mas ele é bom, e nós vamos apoiá-lo. E eu me sinto até feliz de ver que, depois de dois anos, não caiu em ouvidos surdos a sugestão que havíamos feito então. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/19.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, colegas vereadores, em bom momento, o Ver. Ricardo Gomes vem aqui e explica o que nós estamos votando. Nós, a bancada do Partido dos Trabalhadores, que sempre se esmerou para explicar aqui dentro do plenário e para a população que a progressividade é importante, que os vazios urbanos não devem ficar ao deus-dará. Por que a propriedade tem que ter uma função social. Com este projeto, com esta iniciativa, o Executivo está fazendo valer aquilo que está na Constituição Brasileira, que é dar significado para a expressão ‘função social da propriedade’. Então, como disse o Ver. Ricardo Gomes, e eu sei que o Camozzato tem esta posição, que nós já discutimos durante 2, 3 anos aqui nesta Câmara, nós vamos acompanhar e votar favoravelmente ao projeto. E espero que isso avance rapidamente para a gente legalizar edificações; para que terrenos desocupados hoje sejam efetivamente ocupados. Nós somos por botar um azeite de primeira qualidade na gestão

pública, e um deles eu acho que um puro, extravirgem, azeite para turbinar, Ver. Alex, sempre preocupado com essa questão da sustentabilidade, será esse projeto. Terá o nosso voto, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação. O PLCL nº 014/19, (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento):** Sra. Presidente, como o Ver. Cláudio Janta não se encontra, sua assessoria me pediu para solicitar a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLL nº 012/16 seja o último da ordem de priorização.

Também solicito a prioridade na votação do PLL nº 092/18, de minha autoria.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito que o PLE nº 092/18 seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão de segunda-feira à tarde.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 012/16.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 012/16 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 012/16.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando votação em destaque para Emenda nº 01 ao PLL nº 139/14.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1480/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/14**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que institui o Programa de Compensação Vegetal, no âmbito do Município de Porto Alegre, e dá outras providências.

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Elizandro Sabino: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Bernardino Vendruscolo: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Delegado Cleiton: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01, apreciada pela CCJ; pela rejeição da Emenda nº 01, apreciada pela CEFOR, CECE, CEDECONDH e COSMAM; e pela aprovação do Projeto, apreciado pela CECE, CEDECONDH e COSMAM.

**Observações:**

- com Emendas nºs 01, 02 e 03;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLL nº 139/14. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este é um projeto singelo, mas eu acho que é de muita importância. Naquelas compensações vegetais ou exigências que a Prefeitura tem de replantio ou de plantio de alguma área de árvores, eu estabeleço, com o meu projeto, que 30% dessas árvores plantadas sejam árvores frutíferas. Por que árvores frutíferas? As árvores frutíferas, muitos técnicos da SMAMS acham que são exóticas, eu não acho. Árvores frutíferas em ruas e praças dão a oportunidade para a população apanhar a fruta no pé. E é isto mesmo que é para fazer: é para a população apanhar a fruta sem precisar pular a cerca, sem nada. Está na praça, está na rua. Essas frutas, certamente, também servem para os pássaros que frequentam as praças e árvores da cidade de Porto Alegre. Árvore não é só para fazer sombra; sombra é uma benção, mas as árvores servirão também para dar frutas para as pessoas e para as aves, os animais silvestres. É um projeto muito simples, eu queria pedir aos colegas vereadores a aprovação, se possível até por aclamação.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 139/14.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; o projeto do Ver. Idenir Cecchim, eu já havia conversado com ele e dito que votaria favorável e que compreende um projeto bastante importante para a cidade de Porto Alegre. Apresentei uma emenda, a Emenda nº 03, dizendo que fica proibida a plantação, o plantio de árvores da espécie das figueiras nos passeios públicos, calçadas e canteiros nos logradouros públicos. Essas áreas podem ser plantadas em praças, parques, etc., mas menos nos canteiros, passeios e calçadas. Por uma simples razão, Ver. Cecchim, eu tenho recebido, com frequência, pedidos e recebi, há pouco tempo, o pedido de uma senhora bastante idosa, que tem uma árvore dessa espécie na frente da casa dela, na calçada, e essa árvore estraga completamente o calçamento. A umidade é bastante grande e folhas por tudo quanto é lado. E ela disse que ela pede para tirar a árvore ou podar e a Prefeitura tem negado insistentemente. Portanto, a Emenda nº 01, essas árvores de maior tamanho, proibir de plantar embaixo dos meios-fios, calçamentos, porque, fatalmente, primeiro, elas vão atingir a rede elétrica. Dependem de poda e corte o ano inteiro. Depois, largam folhas para tudo que é lado. Depende da limpeza ou do morador que, na maioria das vezes não se dispõe a limpar, então, sobra também para o serviço do setor público, no caso o DMLU. Portanto, estamos pedindo a aprovação da Emenda nº 03 do projeto e das emendas apresentadas pelo Ver. Idenir Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 139/14.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores; eu subo à tribuna para tecer algumas linhas em relação ao projeto de iniciativa do Ver. Idenir Cecchim que coloca que 30% das espécies arbóreas que serão plantadas no Município de Porto Alegre a título de compensação deverão ser frutíferas, nativas ou exóticas, não invasoras, não agressivas. Eu vejo com bons olhos, Ver. Idenir Cecchim, a sua iniciativa, mas me causa uma pequena preocupação. Eu acredito que a Prefeitura deveria ter uma participação maior na discussão deste projeto, porque eu sou favorável a que as pessoas ocupem o espaço urbano, e as pessoas, inclusive, façam uso dessas frutas como forma de alimento. Nós não podemos, por exemplo, ter a Prefeitura dando orientação para a Guarda Municipal coibir a subida de um jovem, de uma criança numa árvore para pegar uma goiaba, para pegar uma laranja, uma bergamota, e por isso a participação do Executivo seria importante na construção de estratégias, alternativas, orientações. Eu achei que o projeto ficou carente no sentido de como vai se comportar o Executivo e quais serão as orientações, principalmente, para lidar com a coleta desses

frutos, com o uso e consumo das frutas produzidas por essas espécies arbóreas. Eu não sei se o senhor fez essa construção, se tem algo nesse sentido...

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, vereador. Realmente isso é uma preocupação, mas o que dizem o Executivo e a própria Guarda Municipal, que cuida dos parques, é que seria uma insanidade se algum guarda coibir colher a fruta. Eu já falei da criançada que, às vezes, tem que pular a cerca para pegar uma fruta, e na praça, que é pública, eles podem colher tranquilamente a fruta e se alimentar das frutas das nossas praças, e não só usar a sombra, é maravilhosa uma sombra, mas a árvore frutífera dá sombra e dá alimento. Obrigado.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Sempre lembrando que, quando eu era pequeno, morava num apartamento pequenininho no Jardim Botânico, e, nos fundos do terreno, tinha uma grande Goiabeira, com bons frutos. Mas a goiaba, do terreno do vizinho da frente, era muito mais doce. E com relação a isso, principalmente as crianças e os jovens tendem a subir nessas árvores, e nós precisamos esclarecer certas coisas. Por isso, a minha preocupação. Com relação aos 30%, acho justo, visto que a maioria das espécies que o senhor lista, são espécies que servem de alimento para a fauna, muitas delas também oferecem espaço para a construção de ninhos, portanto, é uma iniciativa valorosa. Precisamos nos ater, também, ao problema que é a diminuição do número de abelhas, e a maioria dessas espécies oferece flores com néctar, para a manutenção da população de abelhas também no nosso Município. Então, manifesto-me neste momento de discussão, pelo apoio e aprovação do projeto Ver. Idenir Cecchim. Um abraço a todos, e sigamos os trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 139/14.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Vereadora Mônica Leal; Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadoras e vereadores. Vereador Idenir Cecchim, a minha bancada achou por demais importante que nós viéssemos aqui, da tribuna, dizer que votaremos favoravelmente ao Vosso projeto, porque está dentro do arcabouço de preocupações que nós temos tido – Vereadores Sgarbossa, Comassetto, Oliboni e eu – com a questão da sustentabilidade ambiental na cidade. Há pouco, nós aprovamos, graças a compreensão das senhoras vereadoras e dos senhores vereadores, por unanimidade, um projeto de lei de minha autoria, sobre as paredes verdes verticais. Portanto, nós vemos aqui para dizer que acompanharemos a proposição do Ver. Idenir Cecchim. Que esta Câmara continue no seu amplo processo de diálogo, para que possamos compor os melhores projetos, como eu, há pouco, aceitei a emenda nobre colega Camozzato, para que não houvesse

nenhum óbice jurídico-legal ao meu projeto. Que assim, nesse processo de colaboração, Ver. Mauro Zacher, a nossa cidade caminhe para frente, e não viremos aqui num campo grenalizado e de jogo de quinta categoria. Vamos para a primeira divisão com galhardia, boa vontade e determinação. Aprovaremos o vosso projeto, Ver. Idenir Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 139/14.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e a todas. Eu quero parabenizar aqui o Ver. Cecchim. Talvez nem todos tenham se dado conta, mas nós estamos, depois de muitos meses, votando projetos de autoria dos vereadores, ou seja, é um dia em que a Casa retoma a sua independência, a sua autonomia. A criatividade que está na sociedade, que chega aos vereadores e vereadoras e que depois é transformada em projetos de lei, chega ao plenário finalmente, ou seja, em vez de ficarmos só discutindo o que vem da cabeça do prefeito, que eu, a essa altura, se encaminhando para o último ano de mandato, percebo que sequer é uma construção do seu grupo, mas sim da cabeça mesmo do prefeito, e essa estratégia dos pedidos de urgência tem deixado a Câmara de mãos amarradas. Nós acabamos de aprovar aqui um projeto, acredito que vamos aprovar o projeto Ver. Cecchim, é um projeto bom para a cidade, é uma boa ideia. Acabamos de aprovar um projeto do Ver. Adeli Sell, uma boa ideia sobre os jardins verticais, e é isso. Deveria ser essa a normalidade democrática, não uma estratégia que o prefeito tem usado de colocar tudo em regime de urgência, tudo em regime de urgência, engessando aqui a possibilidade depois da cidade poder ver os seus projetos. Nós somos meros representantes de parte da cidade. Fala aqui quem, ontem, teve um projeto rejeitado que até agora não deu para entender, mas também, depois de alguns anos nesta Casa, começa a entender as lógicas. Seguidamente, Presidenta Mônica, são aprovados projetos que criam programas aqui, que são marcos legais, que autorizam o Executivo a seguir, caso tenha pernas, aquele programa. Ontem nós apresentamos um projeto, já tramita nesta Casa desde 2014, então temos aí cinco anos, foi aprovado em todas as comissões, mas chegou no plenário e tinha um problema o projeto: o projeto era assinado pelo Ver. Marcelo Sgarbossa do PT – esse é o motivo. Diferente do seu projeto, Ver. Paulo Brum, que também acabamos de aprovar – um projeto bom, meritório, foi aprovado. Eu não uso essa estratégia de subir aqui, achar um argumento, ou nem subir aqui, o que é pior. Se você sobe aqui e coloca o argumento, no mínimo está sendo sincero, está dizendo por que não, mas ontem a rejeição do nosso projeto sequer teve uma argumentação contrária. O fato é que o autor do projeto é um vereador de um partido de oposição. Isso é a política com P minúsculo. Eu estou vendo aqui o Ver. Ricardo Gomes, que teve um projeto muito interessante que dispensava o reconhecimento em cartório nos documentos, por conta da fé pública que os servidores públicos já têm. É um bom projeto para a cidade, teve o meu voto

favorável, mas, infelizmente, o Ver. Ricardo Gomes ontem votou contra os projetos que criavam o programa. Fica essa lógica. Eu não atuo e acho que os vereadores não devem fazer isso, um papel de vingança. Então sempre que aparecer um projeto bom, votarei a favor; quando aparecer um projeto que nós discordamos, votaremos contra. Lógico que tem o papel aqui de situação e oposição.

**Vereador Ricardo Gomes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Um breve aparte, colegas, para desfazer qualquer mal-entendido. Jamais votei contra ou a favor de qualquer projeto por relação pessoal ou muito menos por reprimenda à V. Exa. Hoje ainda acabamos de aprovar um projeto do Ver. Adeli Sell, que é do seu partido, então não tem nada disso. Voto apenas pelo mérito do projeto, quando entendo favorável ou contrário. Só para esclarecer.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu lhe dei o aparte, com muito gosto, mas discordo totalmente. O senhor não subiu aqui ontem, na tribuna, para dizer por que votaria contra o projeto. Aliás, na decisão das comissões, quando o senhor percebeu que, numa comissão, nós teríamos metade dos integrantes, ficou preocupado com o fato de que a oposição poderia ter metade dos integrantes.

É uma visão totalmente totalitária, espero que o senhor se inscreva aqui e rebata os argumentos, como é o papel deste Parlamento. Então, a favor do seu projeto.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 139/14.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Subo a esta tribuna para responder ao Ver. Marcelo Barbosa que, graciosamente, me concedeu um aparte e depois me contradisse. Só torno a dizer o que o senhor disse: Ver. Ricardo Gomes fez um bom projeto e eu votei a favor. Os seus bons projetos todos tiveram meu voto, vereador, agora, não sou obrigado a subir aqui discutir a exaustão cada um dos projetos, sou obrigado a votar, é o que diz o Regimento e é isso que eu fiz. Quanto a não querer que a esquerda domine uma comissão importante da Casa, primeiro, porque é uma comissão importante, segundo, porque V. Exa. é maioria, é minoria, graças a Deus e pela sapiência do povo de Porto Alegre. Terceiro, eu tenho receio que a esquerda controle qualquer coisa, pode ser conselho, pode ser comissão, quanto mais o plenário. Eu tenho receio sim. Não é por ódio, não é uma questão irracional, sou muito racional nisso, analiso o que a esquerda faz, a forma como ela pensa, e aí me refiro especialmente à esquerda mais radical da qual o seu partido faz parte e tenho motivos racionais para temer o seu partido.

**Vereador Marcelo Sgarbossa (PT):** V. Exa. permite um aparte?

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Concedo-lhe o aparte, já que o senhor fez o mesmo.

**Vereador Marcelo Sgarbossa (PT):** Vereador, então o senhor poderia aproveitar esses três minutos que faltam e dizer o porquê que o senhor votou contra ontem o projeto que criava esse programa de pacificação restaurativa.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Obrigado, vereador. Eu lhe concedi aparte, eu vou usar do meu tempo como bem entendo. O seu projeto foi ontem e eu não voltarei a discuti-lo, até porque seria antirregimental. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Ricardo Gomes.

Faço o registro que a Emenda nº 01 está prejudicada por receber parecer contrário, unânime, na reunião conjunta das comissões. Logo, o destaque também fica sem efeito.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 139/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 139/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 139/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0526/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/19**, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito por meio da Caixa Econômica

Federal (CAIXA) até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as operações de crédito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana do Ministério de Desenvolvimento Regional.

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Paulo Brum: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-19 por força do art. 95 da LOM.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Em discussão o PLE nº 022/19. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Bom, é mais um empréstimo que temos aqui, independente do caráter dele, aqui fala em transporte ativo e estudos de origem e destino, fala aqui na autorização, para o Executivo, para aparentemente ciclovias, transporte não motorizado. Eu acho que aqui cabe uma certa análise desses últimos desses três anos da gestão Marchezan. Uma total falta de política no tema das ciclovias, vergonhosa, Ver. Nedel. Nós tivemos um avanço lento na gestão passada. Quero lembrar aqui que esta Casa aprovou uma lei chamada Plano Diretor Cicloviário Integrado, em 2009, o senhor votou a favor dessa lei, que bom, e essa lei prevê 395 quilômetros na cidade. Nós temos, passados dez anos, pouco mais de 40. E na gestão Marchezan, aí sim, um atraso total: três quilômetros em três anos, Ver. Idenir Cecchim. Então, se nós já éramos lentíssimos antes, ficamos mais lentos ainda. Claro que agora, chegando no último ano de governo, nós começamos a ver as coisas se mexerem, é a velha tática de nos primeiros anos dizer que não tem como fazer e, no final da gestão – tentando pegar as pessoas pela memória curta, mas a população de Porto Alegre está tenta –, começou a fazer algumas faixas na cidade. A conclusão da Avenida Ipiranga, que era uma questão de honra para gestão passada, por que ela não conseguiu cumprir. A gestão passada se comprometia publicamente em chegar a 50 km no último ano. O último ano de governo, promessa do então Prefeito e do candidato a prefeito Sebastião, era chegar a 50 km; não conseguiram cumprir. A gestão passa para o Marchezan, e ele consegue fazer só três quilômetros. Agora, na Érico Veríssimo, Ver. Professor Wambert, estamos vendo pintura de faixas. Não precisava ter esperado três anos para pintar uma faixa e proteger quem pedala na cidade, não precisava deixar para o final da gestão para tentar capturar melhor a memória; é uma pena! Eu acho que um prefeito, se tem condições de comprar uma lata de tinta no seu primeiro ano de governo, que faça a ciclovia dos primeiros anos de governo, não espera para o final para dizer

que fez as realizações, é disso que se trata. Obviamente estou fazendo aqui uma caricatura, é lógico que as ciclovias precisam do estudo. Nós já temos uma lei que prevê rua por rua, avenida por avenida dessa cidade, onde pode ser instalada a ciclovia, não são projetos executivos, mas são diretrizes legais, e infelizmente os governos, seja o anterior, seja o atual, não segue o Plano Diretor Ciclovitário, que previa as redes estruturais 1, 2 e 3. A rede I se trata de 127 km, ou seja, vai fazendo ciclovias, um pedacinho aqui, um pedacinho ali. Ver. Nedel, nem vou falar do seu projeto, talvez, o senhor suba aqui para falar daquele projeto seu que diz não pode ter ciclovia na rua nem na calçada. E eu sempre te pergunto onde que seriam essas ciclovias, porque só se elas fossem aéreas. Mas, talvez o senhor...

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** ...O projeto foi arquivado? Que bom. Tomara que continue arquivado, porque senão seria um problema a mais para a elaboração da ciclovia. Sem falar que o Conselho do Plano Diretor Ciclovitário sequer faz uniões, o governo sequer faz reuniões, ou seja, desastre. Então estou aqui fazendo crítica, uma visão de quem acompanha o tema, identificado com o tema e que vai votar, e espero que se aprove o projeto. Se a justificativa é recursos, estão aqui os recursos. Vejo que a questão das ciclovias não é de recursos, é uma questão de priorização do espaço da cidade. Mas se a justificativa atual do Prefeito é recurso, os recursos ele terá. Espero quero que ele faça o mais rápido possível para o bem da cidade e para o bem de quem quer ter um outro tipo de mobilidade urbana e uma outra relação com a cidade, uma relação mais humanizada. Obrigado e votaremos a favor do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE 022/19 e, depois, prosseguirá com sua manifestação por cedência do tempo pelo Ver. Professor Wambert.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Ilustre Presidente Mendes Ribeiro, vereadores e vereadoras, esse projeto me trouxe muita preocupação. Primeiro eu vou responder ao Ver. Sgarbossa. Em parte, ele tem razão, pois o plano ciclovitário foi um, desculpe, um remendo de projeto. Vieram dois paulistas de São Paulo com suas bicicletas importadas, passearam de bicicleta dois meses por aí e deixaram um plano inexecutável. O vereador tem, pois, razão, as ciclovias são importantes, mas essas ciclovias não tem o mínimo de planejamento, essas ciclovias, ciclofaixas ou ciclorrotas não tem o mínimo de planejamento. Deveriam ser melhor planejadas, deveria ser mais bem ouvida a comunidade, e isso não acontece. No caso específico deste financiamento, eu entrei em contato com a EPTC, pedindo, por gentileza, para me informem quais ciclovias estão envolvidas nesse projeto de R\$ 10 milhões, sendo aproximadamente R\$

5 milhões para as ciclovias e R\$ 4 milhões para uma pesquisa importante. Não me informaram. Disseram-me: “É, parece que nós vamos fazer lá na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto.” Eu digo: “Mas não é possível! A Aureliano de Figueiredo Pinto, uma avenida com canteiro de ônibus no meio e com duas pistas de cada lado, ida e volta, ampla, é a grande avenida de ingresso e de saída do Centro Histórico!” É a grande avenida de saída do Centro Histórico, já que as outras estão congestionadas, já que foi feita a ciclovia na Rua José do Patrocínio, que trancou a saída do Centro Histórico, haja vista nos fins de tarde o imenso congestionamento que tem a Av. Loureiro da Silva. Solicitei esse pedido de Informação, que aqui está, dizendo assim: “Quais as ciclovias e seu trajeto. Individualizar a justificativa de cada uma delas. Informar individualmente sobre se houve a oitiva das comunidades do entorno, e qual é a repercussão sobre o trânsito de veículos e o estacionamento.” Não me deram bola! Ao contrário, senhoras e senhores, imediatamente fizeram, à noite, a ciclovia da Aureliano – que está pronta!

Há mais de dois anos, Ver. Marcelo, eu solicitei para a EPTC um estudo, mostrando que, se diminuíssem 70 centímetros no canteiro central, o que não importaria em nenhum prejuízo às árvores, em nada, a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto ficaria com três pistas de rolamento de cada lado! Três pistas de rolamento de cada lado! Até hoje, nem bola.

Não contente com esse pedido de informação, enviei uma carta ao meu amigo prefeito.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Pois é. No dia 11 de novembro, mandei uma carta em nome da Frente Parlamentar para Melhoria do Trânsito, a qual eu presido, apelando para o prefeito que suspendesse a realização dessa ciclovia e que se faça um estudo mais amplo, e até hoje nem bola o prefeito me deu. Mandeí foto para a EPTC, e entreguei uma cópia para o Ver. Moisés Barbosa. Aí a EPTC mandou uma resposta assim: “Depois que for feita a ciclovia”. Bonito, né? Antes não, só depois da ciclovia. Vou ler aqui rapidamente o que eu escrevi no pedido de informações, e isso é importante: “A implantação de uma ciclovia prevista para os dois sentidos da via lá na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto vai prejudicar ainda mais o já difícil trânsito da nossa capital. Quanto à redução do canteiro central, que eu solicitei, vai liberar uma pista de rolamento a mais, quando na hora do rush for suspenso o estacionamento. Aí fica ficaria com três pistas. O custo dessa redução é bem menor do que a construção de uma ciclovia e vai trazer melhoria no trânsito dos veículos”. A construção da ciclovia nessa avenida, senhoras e senhores, é totalmente desnecessária. Vou justificar: já existe uma ciclovia no canteiro central da Av. Érico Veríssimo, ali defrente ao Tesourinha, no canteiro, sem nenhum problema, sem trancar o trânsito, tudo legal. Aí quando a ciclovia da Av. Érico Veríssimo vai entrar na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, ela entra pela Praça Garibaldi e entra na ciclovia da Rua José do Patrocínio, ou seja, já existe uma ciclovia ali. Mas, não, o desejo de fazer ciclovia de qualquer modo traz esses problemas. Então expliquei isso aqui neste pedido. Estou

pedindo que cancelem essa ciclovia! Não deram a mínima bola. E pior, tem essa ciclovia, e há outras ciclovias que nós queremos saber onde estão.

Então, o que eu quero dizer, senhoras e senhores, é justamente isso. O trânsito de Porto Alegre está um caos, há problema de trânsito a toda hora, não é só na hora do pique, em toda parte. Há problemas, vereadores, de trânsito lá na Restinga, na Edgar Pires de Castro; lá no Beco do Paulino, lá perto de Alvorada, tem problema de trânsito. E as pessoas e a EPTC não se dão conta que nós temos um milhão de carros que circulam. Em dias de semana em Porto Alegre, carros de Porto Alegre, ônibus, caminhões, veículos do interior do Estado, que somam um milhão de veículos. Nós realmente temos 5 mil bicicletas, talvez, no fim de semana tenhamos o dobro, tenhamos 10 mil bicicletas, importantes para o lazer, sem dúvida. Não, mas nós temos um milhão de carros...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** ...senhoras e senhores, nós estamos desdenhando o trânsito de Porto Alegre. Em vez de investir recursos na mobilidade urbana, estamos trancando o trânsito de Porto Alegre. Trancando, como trancamos lá na Av. Érico Veríssimo, ali atrás da Zero Hora, com pistas dos dois lados, acabando com o estacionamento das empresas, dos estabelecimentos comerciais e do Sindicato dos Engenheiros, que lá estão; acabaram com o trânsito. Na José de Alencar, é uma vergonha aquela ciclovia! Portanto, senhoras e senhores, se fosse bem explicado... A EPTC e o Sr. Prefeito fazem ouvidos moucos, não respondem à Câmara, eles não dão bola para os vereadores, para o presidente da Frente Parlamentar para Melhoria do Trânsito, eles não respondem. Então eu sugiro que se vote contra esse projeto, porque já aprovamos aqui R\$ 1 bilhão. Nós temos que priorizar o trânsito em Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudar o Ver. Mendes Ribeiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho votado aqui, na maioria das vezes, com o governo municipal quando ele quer buscar empréstimos para melhorar a cidade, mas, neste caso, eu tenho uma resistência em relação aos R\$ 4 milhões para pesquisa, é desproporcional! Ciclovia, R\$ 5,955 milhões, e R\$ 4 milhões para pesquisa. Olha, não vão dizer que o Cassiá está contra o governo, o PP está contra o governo. Não, é nesse caso. Vocês são testemunhas aqui de que nos outros eu votei a favor, mas, nesse caso, eu tenho restrições a essa falta de equilíbrio. Eu ainda sonho, e sonhar é

bom; senão, nós não estaríamos aqui. Quem sabe o Banco de Talentos, em alguma oportunidade, possa fazer pesquisa para o governo e não precise pagar – são mais de 700 CCs. Quem sabe lá, se une um grupo de qualidade, já que se diz – e é verdade – que tem muita qualidade nos CCs, um grupo de pesquisa dentro da Prefeitura, não só para esse aspecto. Gastar R\$ 4 milhões em pesquisa? Para ver, na casa do cidadão, em um ano eleitoral? Olha, isso é perigoso, é perigosíssimo! Mal explicado, como disse o Ver. Nedel aqui. Eu não vou entrar em detalhes, mas eu morei na Rua Lopo Gonçalves. Vai fazer ciclovia na Rua Lopo Gonçalves, em que não passa um carro e meio? E assim vai... Na Rua Sete de Setembro, no Centro? Qual é a pesquisa que tem? Qual é o trabalho que tem? Qual a assessoria que tem? É possível realmente colocar ciclovias? Eu não sou contra ciclovias. Na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto – eu venho todos os dias por ali –, vai dar mais confusão, Sgarbossa. Não tem condições ali, tem corredor de ônibus, não passam dois carros. Não vai passar um! Isso já tem acontecido na cidade. É uma coisa desordenada, sem estrutura, sem um trabalho mais balizado se pode ou não pode. Eu quero deixar aqui clara a minha opinião: não sou contra ciclovia, desde que seja organizadamente. Gastar R\$ 4 milhões dos R\$ 10 milhões – desproporcional! – para fazer pesquisa de casa em casa num ano eleitoral? São essas as minhas restrições, deixo bem claro, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Muito obrigado, Ver. Mendes Ribeiro, que preside a nossa sessão. Eu vou ser muito breve neste momento de discussão, porque já fui contemplado na minha fala pela manifestação do Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Cassiá Carpes se opôs ferrenhamente aos R\$ 4 milhões destinados a uma pesquisa. Senhoras e senhores, eu não sei quanto custa uma pesquisa, não me ative a este fato, mas estamos votando agora a possibilidade de abertura de crédito de R\$ 10 milhões, que será empenhado no ano que vem. O ano que vem é ano eleitoral e, no ano eleitoral, nós temos R\$ 4 milhões para pesquisa e que não estão firmados dentro do corpo do projeto, apenas nas justificativas, acredito que o governo cometeu um ato falho ao incluir, foi excesso de sinceridade, colocar R\$ 4 milhões na justificativa. Eu tenho muito cuidado para não ser leviano com as minhas falas, Ver. João Bosco Vaz, tento ser muito responsável no que eu falo, mas eu peço muito cuidado aos vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa, porque, no Brasil, é muito comum, comum até demais, infelizmente, desviar recursos públicos para fazer caixa dois para a campanha eleitoral. Eu não quero, não estou acusando o prefeito Nelson Marchezan Júnior e os seus assessores e a sua equipe, e não estou dizendo que eles estão mal-intencionados, mas eu acho que, como pessoas públicas e que têm uma responsabilidade em zelar pela boa utilização de recursos da nossa cidade, nós precisamos nos atentar que R\$ 4

milhões para uma pesquisa de mobilidade urbana em ano eleitoral é, no mínimo, perigoso. Muito perigoso!

Portanto, deixo aqui as minhas palavras. A bancada do PSOL não vai votar neste projeto, não vai votar. É um projeto complicado, um projeto perigoso, embora nós apoiemos a iniciativa de ampliar a nossa malha de ciclovias, de ciclofaixas. Nós somos favoráveis a este modal de transporte que não é poluente, que aquele carro que é dirigido por uma pessoa, ao pegar uma bicicleta, qualifica a sua saúde, a sua vida, e também diminui o congestionamento nas nossas vias urbanas. Então, nós somos favoráveis às bicicletas, mas não somos favoráveis a dar um cheque de R\$ 4 milhões para empenhar em publicidade – pesquisa, perdão -, retiro, para pesquisa, sabe-se lá como será efetivado esse montante. Portanto, não votaremos a favor deste projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ver. Mendes Ribeiro, que está presidindo a sessão, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste; nós ligamos para o pessoal da mobilidade urbana para entender melhor, tendo em vista várias dúvidas dos vereadores referentes ao empréstimo de R\$ 10 milhões. A informação que recebemos, Ver. Marcelo Sgarbossa, é que o projeto é de mobilidade urbana e não somente para ciclovias: em torno de R\$ 6 milhões serão destinados a ciclovias e o restante, os R\$ 4 milhões, é para pesquisa de mobilidade urbana. Então, é mais amplo do que as ciclovias, é de origem e destino, é para saber para onde as pessoas se deslocam quando elas saem da sua casa, para onde elas vão, seu destino durante o dia, durante a noite, para onde as pessoas estão indo e de onde estão voltando. Essa é uma pesquisa que é feita regularmente pelo Município, para que se possa, dessa forma, orientar a mobilidade urbana do Município. A última vez que foi feita uma pesquisa nesse modelo, de origem e destino na cidade de Porto Alegre, a informação que se tem é que foi no ano de 2003. Está totalmente defasada, e, sem uma pesquisa, nós não conseguimos tomar as decisões corretas sobre a mobilidade urbana do Município de Porto Alegre. Para esclarecer, são dois motivos: para as ciclovias, uma parte; outra parte, para origem e destino dos munícipes na cidade de Porto Alegre. Era isso, espero que tenha esclarecido, se tiverem mais dúvidas, estamos à disposição para esclarecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu acho que é importante, é um aprendizado para cidade, porque dizem que os vereadores da oposição são sempre do contra, eu tenho que vir aqui, Ver. Wambert, para fazer um reparo. O Ver. Nedel disse que coordena uma Frente Parlamentar pela Melhoria do Trânsito; acho que o vereador poderia mudar o nome para frente parlamentar – não quero ser ofensivo – pela melhoria do trânsito de quem vai de carro. Acho que ficaria mais adequado à sua fala. O Ver. Cassia também está preocupado com a ciclovia da Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, porque falta espaço para passar de carro ali. Cidade nenhuma do mundo resolveu os seus problemas de mobilidade, enquanto não apostou no esporte coletivo, e não apostar no meio não motorizado, o chamado o transporte ativo, aquele em que a pessoa, ativamente, se transporta. Por isso que os patinetes... outro tema que deveria ter chegado a esta Casa, e não chegou por uma manobra do Ver. Ricardo Gomes, que pediu diligência no nosso projeto, para que o Executivo ganhasse tempo para fazer um decreto regulamentando, ao invés de nós discutirmos os patinetes aqui nesta Casa. Mas como era de autoria de um vereador do PT, foi mais fácil pedir uma diligência qualquer. O Executivo fez um decreto que praticamente é igual ao projeto de nossa autoria e tirou o protagonismo da Câmara. Mais um registro que faço, sem guardar nenhum rancor, mas é só uma demonstração de como os vereadores se dobram à sua posição de governo. Então, o primeiro ponto é este, vir à tribuna para dizer que uma ciclovia precisa ser retirada, primeiro, eu quero dizer que a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto é uma das avenidas onde está prevista, pela lei do plano diretor, a ciclovia. Se não está, quero apostar aqui que a EPTC não é tão irresponsável assim.

**Vereador João Carlos Nedel (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) É que o plano diretor dá a praticamente todas as ruas de Porto Alegre como cicláveis; não quer dizer que está previsto, pois há ruas onde é impossível a ciclovia e constam como cicláveis. Inclusive, a EPTC me respondeu que está gravada no Plano Diretor – não é verdade. Elas estão como cicláveis. Obrigado.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Perfeito. Mas o senhor deve conhecer que, no anexo do Plano Diretor Cicloviário, estão listadas todas as ruas e avenidas em que essa consultoria, a qual o senhor fez a crítica... Parece que uma consultoria que, ao invés de pegar uma prancheta e dizer “aqui passará” e justamente pegar as suas bicicletas... O senhor fez uma crítica aqui porque as bicicletas dessa consultoria eram importadas, e eu não entendi bem essa crítica, mas o fato é que eles pedalarão na cidade e viram com seus próprios olhos onde estavam as ruas e avenidas em que poderiam ser implantadas as ciclovias. Eu acho que esse é o melhor estudo. Nem conheço essa consultoria, sei que é uma consultoria paulista, mas pouco importa, não sou xenófobo. Se vieram na cidade, fizeram um estudo, pedalarão pela cidade e disseram: “está aqui o rol das ruas e avenidas em que é possível e necessário ter ciclovias...” Esta Câmara aprovou, eu nem era vereador, o Ver. Mauro Zacher foi um vereador que atuou fortemente nesse tema, relator do projeto. Isso foi um ganho para a cidade, em 2009, 10 anos atrás, e aqui se sobe para fazer uma crítica a um mínimo

avanço das ciclovias. Eu estou aqui, sim, defendendo um empréstimo para que não tenha mais essa justificativa: “Não faço ciclovia porque não tem recurso”.

Acabei de protocolar uma emenda suprimindo, e eu gostaria que prestassem atenção, o inc. II do § 1º, que é justamente aquele que prevê a pesquisa, Ver. Cassiá. Então eu peço seu voto nesta emenda que votaremos, suprime a pesquisa e mantém os recursos só para ciclovias e para o transporte ativo, que engloba também o pedestre, e está resolvida a questão que foi levantada aqui, que o problema era o estudo. Está aqui, votaremos em seguida a emenda. Peço o apoio de todos, em nome de uma cidade melhor para todos nós. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLE nº 022/19.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu tenho recebido nessas minhas andanças pela cidade muitas reclamações em relação à situação dessas ciclofaixas, que alguns chamam de ciclovias. Já ouvimos aqui os vereadores apresentando críticas, muitas dessas ciclofaixas e ciclovias foram feitas no nosso governo, mas, verdadeiramente, algumas estão atrapalhando e atrapalhando muito. Aí eu pergunto: se tivesse sido feita uma pesquisa antes já, no início desse governo, será que nós teríamos essa disseminação de ciclofaixas em Porto Alegre? Eu lembro do governo do PT, que tinha uma ciclofaixa fantástica, o caminho dos parques, que ligava os parques, só que aí o pessoal chegava em casa da festa, às 5h, da manhã, no sábado, do domingo, deixava o carro estacionado – não tinha garagem – em cima da ciclofaixa, e aí tinha que chamar a EPTC para ir lá tirar os carros e multar. Então eu penso que há, realmente, a necessidade de uma reavaliação do que nós estamos vendo aí, não importa de que governo: as que foram feitas no governo do PT, as que foram feitas nos governos do Fogaça, do Fortunati, as que estão sendo feitas agora.

Eu acabei de protocolar, através do SEI, o pedido de uma comissão especial para que a gente possa reavaliar a questão das ciclovias e ciclofaixas de Porto Alegre. Não adianta ficar aqui fazendo discurso, debatendo, discutindo, nós temos que ir direto ao assunto. Eu tenho vários amigos jornalistas, e um deles, Ver. Cecchim, é o Márcio Pinheiro, filho do Ibsen Pinheiro. O Márcio Pinheiro me liga todos os dias me dando subsídios sobre a situação da ciclofaixa e das ciclovias de Porto Alegre. Quando eu vejo as pessoas de bicicleta que eu encontro em Porto Alegre, elas estão andando na calçada, raramente tem alguém andando na ciclofaixa – isso aí só sábado e domingo! Os ciclistas andam na calçada, talvez, Ver. Marcelo, pela falta de segurança que a ciclovia e ciclofaixa têm. Então eu penso que nessa comissão especial, em que teremos 12 participantes, nós poderemos fazer uma radiografia melhor dessa situação; nós poderemos discutir melhor e reavaliar se realmente há, em Porto Alegre, um número

suficiente de bicicletas, uma demanda que necessite de tantas ciclofaixas e de tantas ciclovias.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Bosco, V. Exa. está sendo o ventríloquo da sociedade. Nós temos muitas restrições do jeito que estão sendo feitas as ciclovias. Eu estava conversando com o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, e ele vai pedir certamente que se postergue essa decisão para discutirmos também outros problemas de como estão sendo feitas as ciclovias. Eu dei o exemplo da Av. Nilo Peçanha, tem ciclovia nos dois lados, não tem mais estacionamento, quem mora lá está proibido de receber visita, inclusive do aplicativo, porque que não pode parar. Acho que nós temos que rediscutir tudo isso, ninguém é contra os ciclistas.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Muito pelo contrário, queremos dar segurança a eles.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Nós queremos dar segurança, eu respeito muito o sacerdócio, Ver. Marcelo Sgarbossa, que defende, mas certamente nós queremos que a ciclovia seja um bem para a população e não um estorvo.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Para encerrar, Sr. Presidente, lhe agradeço a gentileza, no pedido de comissão especial pelo SEI solicitei que ela seja instalada em fevereiro, quando voltarmos do recesso, e que possamos traçar verdadeiramente, com o apoio da EPTC, com o apoio das associações de ciclistas, com as autoridades do trânsito, para que possamos chegar a uma denominação se realmente tudo que está aí precisa, ou se está atrapalhando a mobilidade urbana em Porto Alegre. Obrigado, Sr. Presente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, João Bosco Vaz.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS):** Sr. Presidente, colegas vereadores, eu quero me somar, de alguma forma, a todos os vereadores que me antecederam. O Ver. Idenir Cecchim falou sobre a insatisfação da sociedade porto-alegrense quanto a algumas ciclovias, e o Ver. João Bosco Vaz disse uma coisa muito importante: se as ciclovias são tão mal planejadas, mais um motivo para se investir em pesquisa. Então, é fato que bicicleta não é um transporte coletivo. Quando eu fui candidato a prefeito, no primeiro debate, eu botei o dedo nessa ferida. Bicicleta transporta um, quem dirá dois, mas faz parte da mobilidade de uma cidade sustentável; sustentável não só ponto de vista do meio ambiente, mas também da saúde das pessoas.

A bicicleta faz parte da mobilidade das pessoas, é um instrumento de mobilidade, só que Porto Alegre tem o secretário de imobilidade; Porto Alegre tem um estrangeiro, incompetente que, senhores líderes do governo, não sei se passou pelo Banco de Talentos ou pelo banco de mau talentos, banco de intalensosos. Não sei de onde saiu esse secretário, de que algibeira ele foi tirado, de que manga essa carta saiu, Ver. Moisés Barboza, o nosso secretário de imobilidade urbana? Eu diria que é o tranca-rua de Porto Alegre. Não, basta a Av. Edvaldo Pereira Paiva – hoje nós temos duas ciclovias na maior parte da avenida, porque a obra só vai ser feita em um pedaço da avenida. Nós temos uma ciclovia que comeu uma faixa da avenida – eu passo lá todo santo dia, Ver. Adeli Sell, todo santo dia! Hoje, em todo o trajeto, tudo que eu encontrei foi um esqueitista, mesmo tendo do outro lado. Então, Ver. Marcelo Sgarbossa, vou votar a favor do projeto, vou votar porque sou a favor das ciclovias e sou um ciclista; não tanto quanto o senhor. Há muitos anos, quando estávamos na PUC, ainda professor, como aluno, o Ver. Marcelo Sgarbossa nunca divulgou aqui na casa essa foto – ele tem uma foto lindíssima em que ele ganha um *tour* Itália, o Grande *tour* de Itália em que ele passa na faixa final, levantando os dois braços, de olhos fechados, em cima da bicicleta, um brasileiro que muito nos orgulhou. Então a gente entende seu sacerdócio, a sua causa, é verdade, um campeão italiano, um campeão da Itália, só que brasileiro. Nós vamos votar a favor, porque nós acreditamos, não obstante os descabros, os abusos da EPTC – ela tem muita capacidade técnica para fazer esse estudo. Eu não sou crítico da EPTC, mas também reconheço sua capacidade técnica para fazer esse estudo. Nós vamos encaminhar favoravelmente.

Eu quero agradecer ao Ver. Mendes Ribeiro que me cedeu o seu tempo. Eu pediria a atenção do Ver. João Carlos Nedel, que está ali nas galerias, e do Ver. Marcelo Sgarbossa. Eu presenciei, nesses três anos em que eu tenho de mandato, um dos momentos mais belos deste Parlamento, em que eu vi o senhor cedendo um aparte para o Ver. Nedel, que antagoniza nesse tema com o senhor durante todo o tempo, vir aqui para lhe apartear e discordar do senhor de uma forma elegante, de uma forma civilizada, cortês e discutindo ideias. Eu quero dizer, em tempos sombrios que a gente viu ultimamente de conflitos, de insultos neste Parlamento, um chamando o outro de palhaço, outro dizendo que o outro está mentindo, outro, desculpe, abre aspas, chamando o outro de bundão – esse vocabulário que se escutou aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre –, que ela foi presenteada, neste final de ano, pela beleza ética e política desse diálogo entre o Ver. Nedel e o Ver. Marcelo Sgarbossa, e sua grandeza, vereador, de ceder um aparte para um vereador discordar da sua tese e tentar corrigir o seu discurso. Que sirva de exemplo esse nível de debate, esse nível de discussão entre os nossos antagonismos, que sirva de exemplo para todos nós. Muito obrigado, Presidente, e parabéns vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Professor Wambert. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 022/19.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, senhoras e senhores, eu já vou antecipar minha opinião sobre o projeto. Mas quero dizer que muito me chama atenção, primeiro, parece uma boa ideia fazer as pesquisas, que o Município faça pesquisa sobre as ciclovias da cidade, porque é óbvio que existe um descompasso entre a demanda por ciclovias, que é o número de ciclistas andando na cidade, e a infraestrutura que foi colocada em Porto Alegre. Não há ciclista suficiente para o tamanho do investimento, e o espaço público que se consome com as ciclovias é óbvio, a população vê diuturnamente. É bom que se faça uma pesquisa a respeito, agora, não uma pesquisa de R\$ 4 milhões, o que é de uma desproporção abissal, que suscita, eu não me somo, mas entendo, suscita as dúvidas inclusive que aqui pontuou o Ver. Alex Fraga. Quatro milhões de reais para fazer uma pesquisa de origem e destino dos ciclistas de Porto Alegre é um exagero, é um exagero. E mais, o secretário Tortoriello, há poucos dias, deu uma entrevista na Rádio Gaúcha, indagado pela jornalista Rosane de Oliveira, que lhe disse: “ Secretário, essas faixas de ônibus, exclusivas de ônibus, estão causando conflito já na Avenida Goethe.” E ele deixa escapar: “Que bom.” Que bom? Que bom que há engarrafamento?

**Vereador Mauro Pinheiro (REDE):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu cheguei a falar na tribuna, talvez o senhor não tenha escutado ou não tenha entendido, mas a pesquisa não é só para ciclovia; é para origem e destino, é uma pesquisa que é feita nas casas das pessoas para saber da onde as pessoas saem, para onde vão, o horário, para poder organizar a mobilidade urbana como um todo na cidade. Obrigado.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Ver. Mauro, acato o aparte e continuo preocupado, porque a esta Casa, no decorrer desta administração, foram submetidos dezenas de projetos de mobilidade pública. Começo a desconfiar então que eles foram encaminhados para a Câmara sem a formação científica que os embasasse. Ora, agora no último ano de governo, depois de passar uma série de projetos de mobilidade, nós vamos fazer uma pesquisa para entender a necessidade da mobilidade? Parece que há uma inversão entre a ordem que devia ter sido seguida. Então, que arrancássemos em 2017 com a pesquisa e, a partir daí, viessem os projetos e não o contrário. É óbvio que há um descompasso, a população enxerga isso. Essas faixas exclusivas de ônibus são um transtorno para o público. O secretário Tortoriello ainda disse assim: “Que bom, vão de ônibus. Não reclame, vá de ônibus.” Então me parece que há sim um descompasso entre a estratégia de mobilidade do governo Marchezan e o que quer a população de Porto Alegre. Há um descompasso. E é por isso que nós não podemos, eu não aprovo, não apoio e não voto esse projeto. Primeiro, porque é muito dinheiro uma pesquisa que ainda está mal explicada. Talvez, se for mais esclarecida, se justifiquem os R\$ 4 milhões para fazer uma pesquisa. Na forma como está, é injustificável. Segundo, investimento em ciclovias já está óbvio que a infraestrutura de ciclovias de Porto Alegre é desproporcional à demanda, há mais de ciclovias do que ciclista em Porto Alegre. O que foi feito na Av. Nilo Peçanha, o que foi feito na Rua

José de Alencar são excrescências no trânsito. Parece que querem promover meios de transporte alternativos tornando a vida de quem dirige um inferno; parece que é essa a intenção do governo. Eu não vou me somar a isso. Então, pelo bem da cidade, “não” ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 116/18 seja colocado na lista de preferência para ser apreciado na próxima segunda-feira à tarde.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando votação em destaque da Emenda nº 01 ao PLE nº 022/19.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Convoco os Srs. Vereadores para 021ª Sessão Extraordinária, no dia 16 de dezembro de 2019, às 9h30min.

(Encerra-se a sessão às 17h18min.)

\* \* \* \* \*